



APRESENTAÇÃO PRESENTACIÓN

Com prazer apresentamos o número 7 de “**Perspectivas em Políticas Públicas**”, que abre o 4º ano de publicação deste periódico, contabilizando a divulgação de 49 (quarenta e nove) textos da autoria de pesquisadores nacionais de diferentes regiões brasileiras, e pesquisadores estrangeiros - Argentina, Chile, Espanha e México - de diversas instituições internacionais, sendo 45(quarenta e cinco) artigos científicos, 1(uma) resenha e 3(três) entrevistas, cujo fio condutor dos temas neles tratados se vincula ao campo das políticas públicas em suas diferentes áreas. Resultados parciais que sinalizam o estágio de conquistas deste periódico em relação ao intercâmbio acadêmico estabelecido e concretizado pelo apoio expressivo e pela generosidade dos(as) colaboradores(as) nacionais e estrangeiros - Conselho Editorial, Avaliadores e Autores - no compartilhar de saberes e práticas construídos. São resultados que sinalizam a importante e significativa contribuição de **Perspectivas em Políticas Públicas**, ainda que pequena - uma gota d’água num oceano de possibilidades – para fortalecer um círculo virtuoso que permita transformações e melhorias no âmbito dessas políticas face ao desafio de eliminar o *gap* entre o agir estatal e as necessidades da população na busca de uma administração pública efetiva, eficiente e democrática, no intuito de diminuir o *déficit* e aumentar a rapidez no atendimento a essas necessidades.

15

É o que nos dizem a razão e o coração... e, até aqui, tem sido um dos motivos de ser da trajetória de **PPP**, embora reconheçamos que a sua singela colaboração na concretização desse sonho de melhoria, nessa transcendental tarefa, se encontra num fio tênue da disputa dialética entre ação e reflexão, teoria e prática, na constante busca de soluções no campo da gestão pública.

Com os contornos especiais desse debatido e, muitas vezes, conturbado cenário, para continuar avançando e não se perder o ritmo, o sétimo número de **PPP** é composto por seis textos vinculados ao campo da educação, os quais se justificam em razão da forte presença de seus temas no debate acadêmico e, também, da relevância histórica e contemporânea das questões neles suscitadas no âmbito das relações societárias, em geral, e das políticas públicas, em particular.

Não obstante a heterogeneidade das situações existentes, notadamente nos países da América Latina, as abordagens privilegiadas nos textos fornecem informações qualificadas para provocar reflexões e ações que possibilitem processos inovadores e impulsionem as reformulações necessárias na estrutura das políticas públicas frente à pluralidade cultural e ao impacto das mudanças e especificidades do século XXI, a exemplo, dentre outras, das políticas orientadas para as juventudes; para o fortalecimento da cidadania social, principalmente nos setores que se encontram em situação de carência ou de risco social, e, ainda, para o campo da saúde mental de crianças e adolescentes.

16

Nessa perspectiva, abre a seção “Artigos” o texto *La larga marcha hacia la revolución digital en las escuelas: análisis de la implementación de políticas TIC en educación a partir de la experiencia del Plan Ceibal y el Modelo Uno a Uno en Uruguay*, da autoria de Eduardo Rodríguez Zidán e Fabián Alejandro Teliz, que trata de questões relativas à implementação de políticas para incorporar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aos sistemas educativos das sociedades latino-americanas. Para tanto, os autores desenvolvem uma análise do Plan Ceibal Uruguay, instituído na região como modelo para o desenvolvimento de políticas socioeducativas que relacionam a tecnologia com o desenvolvimento humano, a inclusão digital e a igualdade de oportunidades na sociedade da informação, a partir de três perspectivas distintas: estudo descritivo das principais investigações realizadas sobre a sua implementação; revisão teórica e dos resultados de investigações na região; exame da relação entre as políticas TIC e os sistemas educativos. Finalmente, com a pretensão de abrir debates acerca das possibilidades de mudança social e reforma do ensino e da gestão escolar como resultado de políticas públicas de tecnologia e inclusão social, Zidán e Teliz apresentam distintas e significativas considerações, as quais evidenciam que uma mudança profunda do sistema educativo implica não somente em assumir um modelo pedagógico e político da educação com TIC, senão numa transformação radical na forma de planejar e gerir as instituições públicas.

Com o propósito de refletir sobre os princípios e diretrizes da atual política pública de saúde mental infantojuvenil, no ensaio *Crianças invisíveis: reflexões sobre o percurso histórico de construção da política de saúde mental para adolescentes em Minas Gerais*, Mônica Eulália da Silva traça um esboço acerca da sua trajetória de construção. A autora assegura que o recolhimento e a reclusão de crianças foram, durante muito tempo, as principais ações de assistência à infância no Brasil, e que é, ainda, bastante recente a inserção de um conjunto de ações no âmbito da política pública de saúde mental brasileira que visam o cuidado, a proteção e o tratamento de crianças e adolescentes portadores de um processo de

adoecimento psíquico. Para ela, a transição das experiências sustentadas por políticas de governo para as sustentadas por uma política de Estado, no que tange à assistência à saúde mental infantojuvenil, origina-se em fevereiro de 2002. Nesse sentido, destaca os princípios orientadores das ações desenvolvidas na área, quais sejam: o acolhimento universal, o encaminhamento implicado, a construção permanente da rede, o território e a intersetorialidade. Concluindo suas reflexões, a autora destaca que diferentes desafios e limitações nos convocam ao enfrentamento corajoso das questões surgidas neste campo e que, no âmbito do trabalho coletivo, elas nos provocam a buscar saídas possíveis para as questões emergentes no sentido de se garantir o direito a um tratamento público no campo da saúde mental de crianças e adolescentes.

No estudo de caso, *Por que o abismo entre a lei e a realidade? Códigos, relações e valores construídos por adolescentes em conflito com a lei e privação de liberdade*, Rilda Bezerra de Freitas busca desenvolver uma análise crítica da rede de sociabilidade construída no Centro Educacional São Miguel/Fortaleza/Brasil, instituição destinada ao cumprimento de medida socioeducativa de privação da liberdade para adolescentes do sexo masculino, enfatizando o abismo existente entre o “Estatuto da Criança e do Adolescente” e a realidade do trabalho desenvolvido com jovens em conflito com a lei. Nessa busca, a autora retoma vias analíticas abertas por teóricos consagrados, dentre os quais Goffman (2001), Foucault (1987) e Bauman (2005) e faz um mapeamento dos códigos de conduta e acordos construídos no espaço objeto de sua investigação, convencendo-se de que o internato, assim como as prisões para adultos, não está preparado para cumprir o seu suposto papel de “reeducação”, e, portanto, deve ser definindo muito mais como lugar de punição, unidade ou blocos de cela. Ao final do texto, explicitamente admitindo a incompletude do trabalho investigativo desenvolvido, a autora formula uma série de questões interessantes e estimuladoras ao prosseguimento dos estudos na área e da análise por ela iniciada na tentativa de entender representações, olhares e perspectivas construídas por jovens em conflito com a lei.

17

Encerrando a seção “Artigos”, Rosemary de Oliveira Almeida e Natália Ilka Moraes Nascimento apresentam o artigo *Políticas públicas de juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades*, no qual se propõem a analisar o processo de inserção das demandas juvenis na agenda pública antes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, durante o referido governo e no início do governo Dilma Rousseff. Para tanto, buscam compreender como as questões específicas dos jovens são consideradas na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil, assim como desvelar os avanços e limites na incorporação do segmento juvenil nas ações governamentais. Segundo as autoras, o discurso de mudança na orientação e perspectivas

das políticas direcionadas ao segmento construído durante o governo Lula foi apropriado pelo Governo Dilma; no entanto, o Brasil vive um momento de fragilidade da temática de juventude no âmbito das políticas públicas. Fragilidade que, na perspectiva das autoras, evidencia-se não apenas pela recente opção do governo de extinguir o Programa Projovem Integrado e deslocar a execução do Programa Projovem Urbano para o MEC, esvaziando a Secretaria Nacional de Juventude, mas, sobretudo, pela ausência de declarações e iniciativas que venham a fortalecer a ideia de que a juventude é um segmento estratégico para o processo de desenvolvimento do país.

18 Na seção “Ponto de Vista”, composta de dois textos, Sidney Reinaldo Silva, autor de *As políticas de diversidade no Governo Lula: inclusão e reconhecimento*, sustenta que, no governo Lula, ocorreu um novo impulso à política da diversidade, surgindo políticas públicas, programas e ações inovadoras na área. Inicialmente, ele esclarece o significado da diversidade no governo Lula e a forma como ela está correlacionada com a educação no Documento Final da Conferência Nacional da Educação Básica de 2008 – CONEB. Posteriormente, a partir de reflexões e análises críticas sobre a justificação das políticas públicas para a educação e os seus efeitos em termos de distribuição, reconhecimento e participação, o autor alerta para o risco do reconhecimento da diversidade ser apenas ideológico. Nessa perspectiva, pondera sobre a necessidade de se detectar até que ponto a vida cotidiana das “minorias” tem sido transformada em relação ao trabalho, à violência, à participação e à formação, uma vez que o reconhecimento das minorias não é apenas uma questão normativa e/ou simbólica, mas de justiça substantiva. Caso contrário, as políticas de diferenças podem constituir apenas sujeitos adequados ao sistema, contribuindo para a manutenção da dominação social.

Finalmente, Naura Syria Carapeto Ferreira e Angela Salvadori apresentam uma resenha do *Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020): avaliação e perspectivas*, publicado em março de 2011 pela Editora da Universidade Federal de Goiás e pela Editora Autêntica/BH/MG. A obra, organizada por Luiz Fernandes Dourado, é composta por dez textos de coautores convidados que, sob diferentes ângulos, apresentam análises acerca do fracasso do plano recém-terminado e críticas propositivas ao projeto de lei enviado pelo Executivo ao Legislativo. Tendo como base os ricos e múltiplos olhares desses diversos autores, a obra possibilita reflexões substantivas sobre importantes questões acerca do PNE 2011-2020, ainda em debate no Congresso Nacional/Brasil. Dentre essas se destaca a necessidade de participação da sociedade brasileira nas discussões relativas ao referido Plano, pois uma educação de qualidade, tanto na esfera pública, quanto na privada, é de interesse de todos os cidadãos, engajados ou não na causa.

Com mais essa edição de **Perspectivas em Políticas Públicas**, produto da ampla acolhida de pesquisadores de várias instituições e regiões do Brasil e do exterior, esperamos contribuir, de modo especial, para o debate acadêmico-científico sobre os temas nela tratados.

Boa leitura a todos e todas!

Teresinha Rodrigues de Oliveira
Editora Geral de PPP

Con placer presentamos el número 7 de **Perspectivas em Políticas Públicas**, que abre el cuarto año de publicación de este periódico, contabilizando la divulgación de cuarenta y nueve textos de autoría de investigadores nacionales de diferentes regiones brasileñas y investigadores extranjeros -- de Argentina, Chile, España y México -- de diversas instituciones internacionales, siendo cuarenta y cinco artículos científicos, una reseña y tres entrevistas, cuyo filo conductor de los temas en ellos tratados se vincula al campo de las políticas públicas en sus diferentes áreas. Resultados parciales que señalan las prácticas de conquistas de este periódico en relación al intercambio académico establecido y concretizado por el apoyo expresivo y por la generosidad de los colaboradores nacionales y extranjeros: Consejo Editorial -- nacional e internacional--, Evaluadores y Autores, en el compartir de saberes y prácticas construidos. Son también resultados que señalan la importante y significativa contribución de **Perspectivas em Políticas Públicas**, aunque pequeña -- una gota de agua en un océano de posibilidades -- para fortalecer un círculo virtuoso que permite transformaciones y mejoras en el ámbito de esas políticas frente al desafío de eliminar el *gap* entre el actuar estatal y las necesidades de la población en busca de una administración pública efectiva, eficiente y democrática, mientras procura disminuir el *déficit* y aumentar la rapidez en la atención a esas necesidades.

19

Esto es lo que nos dicen la razón y el corazón ... y, hasta ahora, ha sido uno de los motivos de ser de la trayectoria de **PPP**, aunque nosotros hemos reconocido que su simple colaboración para la concretización de ese sueño de mejora en esa transcendental tarea se encuentra en un tenue filo de disputa dialéctica entre acción y reflexión, teoría y práctica en la constante búsqueda de soluciones en el campo de la gestión pública.

Con los contornos especiales de ese debatido y, muchas veces, conturbado escenario, para seguir avanzando sin perder el ritmo, el séptimo número de **PPP** se compone de seis textos vinculados al campo de la educación, los cuales se justifican en razón de la fuerte presencia de sus temas en el debate académico y también de la relevancia histórica y contemporánea de

las cuestiones en ellos suscitadas en el ámbito de las relaciones societarias, en general, y de las políticas públicas, en particular.

Aunque la heterogeneidad de las situaciones existentes, en especial en los países de América Latina, los abordajes privilegiados en los textos proporcionan informaciones calificadas a provocar reflexiones y acciones que posibiliten procesos innovadores e impulsen las reformas necesarias en la estructura de las políticas públicas ante la pluralidad cultural y el impacto de los cambios y especificidades del siglo XXI; como ejemplo, véanse las políticas orientadas para las juventudes; para el fortalecimiento de la ciudadanía social, principalmente en los sectores que se encuentran en situación de carencia o de riesgo social y aún para el campo de la salud mental de niños y adolescentes.

20

En esa perspectiva, abre la sección "Artículos" el texto *La larga marcha hacia la revolución digital en las escuelas: análisis de la implementación de políticas TIC en educación a partir de la experiencia del Plan Ceibal y el modelo Uno a Uno en Uruguay*, de autoría de Eduardo Rodríguez Zidán y Fabián Alejandro Teliz, lo cual discurre sobre cuestiones relativas a la implementación de políticas para incorporar las Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) a los sistemas educativos de las sociedades latinoamericanas. Para eso, los autores desarrollan un análisis del Plan Ceibal Uruguay, instituido en la región como modelo para el desarrollo de políticas socioeducativas que relacionan la tecnología con el desarrollo humano, la inclusión digital y la igualdad de oportunidades en la sociedad de la información desde tres perspectivas distintas: estudio descriptivo de las principales investigaciones realizadas sobre su implementación; revisión de la teoría y de los resultados de investigaciones hechas en la región; examen de la relación entre las políticas TIC y los sistemas educativos. Al final, con la pretensión de abrir debates acerca de las posibilidades de cambio social y reforma de la enseñanza y de la gestión escolar como resultado de políticas públicas de tecnología e inclusión social, Zidán y Teliz presentan distintas y significativas consideraciones, las cuales ponen en evidencia que una mudanza profunda del sistema educativo implica no solamente en asumir un modelo pedagógico y político de la educación con TIC, sino de una transformación radical en la manera de planear y administrar las instituciones públicas.

Con el propósito de reflexionar sobre los principios y directrices de la actual política pública de salud mental infantojuvenil, en el ensayo *Crianças invisíveis: reflexões sobre o percurso histórico da construção de uma política pública de saúde mental para crianças e adolescentes em Minas Gerais*, Mônica Eulália da Silva traza un esbozo acerca de su trayectoria de construcción. La autora asegura que el recogimiento y la reclusión de

niños han sido, por mucho tiempo, las principales acciones de asistencia a la niñez en Brasil. Y aún es muy reciente la inserción de un conjunto de acciones en el ámbito de la política pública de salud mental brasileña que pretenden el cuidado, la protección y el tratamiento de niños y adolescentes con proceso de enfermedad psíquica. Para ella, la transición de las experiencias sustentadas por políticas de gobierno para las sustentadas por una política de Estado, en lo que concierne a la asistencia a la salud mental infantojuvenil originase en febrero de 2002. En ese sentido, destaca los principios orientadores de las acciones desarrolladas en el área, cuales sean: el acogimiento universal, el caminamiento implicado, la construcción permanente de la red, el territorio y la intersectorialidad. Concluyendo sus reflexiones, la autora destaca que diferentes desafíos y limitaciones convocan a nosotros al enfrentamiento con coraje de las cuestiones surgidas en ese campo y que, en el ámbito del trabajo colectivo, ellas nos provocan a la búsqueda de salidas posibles para las cuestiones emergentes en el sentido de se garantizar el derecho a un tratamiento público en el campo de la salud mental de niños y adolescentes.

En el estudio de caso, *Por que o abismo entre a lei e a realidade? Códigos, relações e valores construídos por adolescentes em conflito com a lei e a privação de liberdade*, Rilda Bezerra de Freitas busca desarrollar un análisis crítico de la red de sociabilidad construida en el Centro Educacional São Miguel/Fortaleza/Brasil, institución destinada al cumplimiento de medida socioeducativa de privación de libertad para adolescentes de sexo masculino, enfatizando el abismo existente entre el "Estatuto del Niño y del Adolescente" y la realidad del trabajo desarrollado con jóvenes en conflicto con la ley. En esa búsqueda, la autora retoma vías analíticas abiertas por teóricos consagrados, entre los cuales Goffman (2001), Foucault (1987) y Bauman (2005), y hace un mapeamiento de los códigos de conducta y acuerdos construidos en el espacio objeto de su investigación, convenciéndose de que el internado (así como las prisiones para adultos) no está preparado para cumplir con su supuesto papel de "reeducación" y por lo tanto debe de ser definido mucho más como un lugar de punición, unidad o bloques de celda. Al final del texto, admitiendo explícitamente la incompletud del trabajo investigativo desarrollado, Freitas formula una serie de cuestiones interesantes y estimuladoras al proseguimiento de los estudios en el área y del análisis iniciado por ella en la tentativa de entender representaciones, miradas y perspectivas construidas por jóvenes en conflicto con la ley.

Encerrando la sección "Artículos", Rosemary de Oliveira Almeida y Natália Ilka Morais Nascimento presentan el artículo *Políticas públicas de juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades*, en el cual se proponen analizar el proceso de inserción de las demandas juveniles en la agenda pública antes del gobierno Luiz Inácio Lula da Silva, durante el referido gobierno

y en el inicio del gobierno Dilma Rousseff. Para eso, buscan comprender cómo las cuestiones específicas de los jóvenes son consideradas en la elaboración, ejecución y evaluación de las políticas públicas en Brasil, así como desvelar los avances y límites en la incorporación del segmento juvenil en las acciones gubernamentales. Según las autoras, el discurso de cambio en la orientación y perspectivas de las políticas dirigidas al segmento construido durante el gobierno Lula ha sido apropiado por el gobierno Dilma; no obstante el país vive aún un momento de fragilidad de la temática de juventud en el ámbito de las políticas públicas. Fragilidad que, en la perspectiva de las autoras, evidénciase no solamente por la reciente opción del gobierno de extinguir el Programa Projovem Integrado y desplazar la ejecución del Programa Projovem Urbano para el MEC (Ministerio de Educación y Cultura), vaciando la Secretaría Nacional de Juventud, pero, sobre todo, por la ausencia de declaraciones e iniciativas que vengán a fortalecer la idea de que la juventud es un segmento estratégico para el proceso de desarrollo del país.

22

En la sección "Punto de Vista", compuesta de dos textos, Sidney Reinaldo Silva, autor de *As políticas de diversidade no governo Lula: inclusão e reconhecimento*, sustenta que, en el gobierno Lula, ocurrió un nuevo impulso a la política de la diversidad, surgiendo políticas públicas, programas y acciones innovadoras en el área. Inicialmente, esclarece el significado de la *diversidad* en el gobierno Lula y la manera como ella está relacionada con la educación en el Documento Final de la Conferencia Nacional de la Educación Básica de 2008 -- CONEB. Posteriormente, a partir de reflexiones y análisis críticos sobre la justificación de las políticas públicas para la educación y sus efectos en términos de distribución, reconocimiento y participación, el autor hace un alerta para el riesgo del reconocimiento de la diversidad ser solamente ideológico. En esa perspectiva, pondera sobre la necesidad de detectar hasta qué punto la vida cotidiana de las "minorías" ha sido transformada en relación a trabajo, violencia, participación y formación, una vez que el reconocimiento de las minorías no es solamente una cuestión normativa y/o simbólica, pero de justicia sustantiva. De lo contrario, las políticas de diferencias pueden resultar en personas adecuadas al sistema, contribuyendo para la mantención de la dominación social.

Al fin, Naura Syria Carapeto Ferreira y Angela Salvadori presentan una *Resenha da obra "Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas"*, de Luiz Fernandes Dourado (Organizador), publicada en marzo de 2011 por la Editora de la Universidad Federal de Goiás/Brasil y por la Editora Autêntica/BH/MG/Brasil. La obra, organizada por Luiz Fernandes Dourado, es compuesta por diez textos de coautores invitados que, so diferentes ángulos, presentan análisis cerca del fracaso del plan

recién terminado y críticas propositivas al proyecto de ley enviado por el Poder Ejecutivo al Legislativo. Teniendo como base las ricas y múltiples miradas de esos diversos autores, la obra posibilita reflexiones sustantivas sobre importantes cuestiones cerca del PNE 2011-2020, aún en debate en el Congreso Nacional/Brasil. Entre las reflexiones se destaca la necesidad de participación de la sociedad brasileña en las discusiones relativas al referido Plan, porque una educación de calidad, sea en la esfera pública, sea en la privada, es de interés de todos los ciudadanos, comprometidos o no con la causa.

Con más esta edición de **Perspectivas en Políticas Públicas**, producto de amplia acogida de pesquisadores y pesquisadoras de varias instituciones y regiones de Brasil y del exterior, nosotros esperamos contribuir, de modo especial, para el debate académico científico sobre los temas en ella tratados.

Buena lectura para todos y todas!

Teresinha Rodrigues de Oliveira
Editora General